



# **REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

Brasília, 19 de dezembro de 2023

# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 1 - ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023, E ANÁLISE DA CONJUNTURA GERAL

Entidades de servidores seguem fortemente mobilizadas (<https://fenasps.org.br/2023/11/29/governo-confirma-ultima-reuniao-da-mesa-nacional-de-negociacao-em-2023-para-18-de-dezembro/>, por exemplo).

Publicação: Contribuição da ACD para a luta do funcionalismo público <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/> .

# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Em pouco tempo de existência, a Frente já realizou atividade de **lançamento em conjunto** com a “Frente contra os Juros Abusivos” no dia 19/09/2023 na Câmara dos Deputados (<https://4et.us/s1c70q>); publicou boletim; realizou importante **Seminário** “*Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no Sistema da Dívida?*” com palestras brilhantes dos professores Ladislau Dowbor e Miguel Bruno. (<https://www.youtube.com/watch?v=GWbIDXFw8Gk>) em 21/11/2023, e **Reunião Ordinária em 12/12/2023** com a participação presencial e virtual de mais de 50 entidades sindicais e movimentos sociais e honrosa presença dos parlamentares coordenadores das Frentes <https://auditoriacidada.org.br/frentes-parlamentares-denunciam-que-dinheiro-tem-e-muito/> ;
- Convite às entidades que ainda não fazem parte da Frente, tendo em vista a relação direta entre o privilégio do Sistema da Dívida e a subtração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Coleta de sugestões de atividades da Frente para 2024, inclusive nos Estados.

# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 3 – CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

Informativos da campanha: <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/informativos-da-campanha/>

## 4 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 13/12/2023 a 09/02/2024 e início das aulas em 12/02/2024. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

## 5 – NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “*Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil*”

Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.



# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

## 7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB):

Participação em grupos de pesquisa.

# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## O PRESENTE DE NATAL QUE A ACD ENTREGA É A NOSSA DEDICAÇÃO

711 posts nas redes sociais; 50 *Lives*; 33 Palestras; 28 entrevistas; 20 artigos; 03 Turmas do curso sobre a dívida dos estados; Campanhas pelo Limite dos Juros e É Hora de Virar o Jogo; Boletins Informativos; 06 Ferramentas de envio de cartas a parlamentares e autoridades do Executivo (necessidade emendar PEC 45; criação frente parlamentar; pressionar CFT pelo PLP 104/2022; pressionar por emendas ao PLP 93/2023 (reforma tributária); Folheto contendo questionamentos ao Banco Central, usados em reunião com o presidente do BC na Câmara e Senado; Pedidos de informações pela LAI (Questionamento BC e à Casa Civil); Folheto preparado para contribuir com a luta do funcionalismo público; Cartilha; 5 Audiências públicas (CFT sobre política de juros, ALESP; ALMG; lançamento cartilha na ALPR); Lançamento da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com participação popular, realização de Seminário e Reunião.

**1 - ANÁLISE DA PROPOSTA  
APRESENTADA PELO GOVERNO  
FEDERAL AO FUNCIONALISMO  
PÚBLICO EM 18/12/2023, E ANÁLISE  
DA CONJUNTURA GERAL**

# 1 - ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023, E ANÁLISE DA CONJUNTURA GERAL

- Entidades de servidores seguem fortemente mobilizadas



Foto site Fenasps: Ato antes da reunião da MNNP em 18/12/2023

# PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023

☰

**METRÓPOLES**

Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodrigo Rangel Mario Sabino Paulo Capp

## Governo nega reajuste a servidor federal e oferece aumento em auxílios

Secretário destacou a falta de espaço orçamentário para reajuste na remuneração dos servidores para 2024, que era a demanda principal

Said  
023 16:20, atualizado 18/12/2023 18:05

PÁGINA INICIAL >

NA ÚLTIMA REUNIÃO DA MNNP EM 2023, FENASPS PROTESTA CONTRA EXCLUSÃO DE APOSENTADOS DA M

SEGUNDA-FEIRA, 18/12/2023

## NA ÚLTIMA REUNIÃO DA MNNP EM 2023, FENASPS PROTESTA CONTRA EXCLUSÃO DE APOSENTADOS DA NEGOCIAÇÃO DA PAUTA ECONÔMICA DE 2024

Facebook Twitter WhatsApp Telegram

☰

**CNN BRASIL**

Ao vivo Política Economia Esportes Pop Viagem

## Em última negociação com servidores, governo apresenta proposta sem aumento salarial para 2024

Proposta inclui reajuste apenas em benefícios, como vale-alimentação

PS e demais entidades do **Fonasefe** participaram, nesta segunda-feira, 18 de dezembro, da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 2023, espaço de interlocução entre entidades sindicais que representam os Servidores Públicos Federais (SPFs) e o Governo Federal por meio da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (SRT/MGI). A FENASPS foi representada pelo diretor Moacir Lopes (foto em destaque abaixo).



☰

**CNN BRASIL**

Ao vivo Política Economia Esportes Pop Viagem & Gas

## Servidores da PF veem “descaso” e pressionam governo em manifestações pelo Brasil

Policiais querem reestruturação da organização e reajuste salarial. Governo diz que analisa demanda e que já houve aumento de 9% para todos os servidores públicos, mas analisa o novo pedido de reestruturação da PF

**ANFIP** 75 anos

#anfipnacional

INSTITUCIONAL NOTÍCIAS PUBLICAÇÕES ASSISTENCIAIS FALE CONOSCO ÁREA RESTRITA

Início Carreira

Carreira Política de Classe e Salarial

## Proposta do governo frustra servidores na Mesa de Negociação

18 de dezembro de 2023



# PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023



Moacir Lopes representa a FENASPS na sexta e última reunião da MNNP em 2023 (fotos: Pedro Mesidor)

Na reunião, a última de 2023 – veja como foram as anteriores: **quinta**, **quarta**, **terceira**, **segunda** e **primeira** -, o Secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, informou que o Governo Lula possui dificuldades orçamentárias que não permitem avançar na recomposição salarial em 2024, ano em que haveria reajuste zero (como **antecipamos aqui**).

Para “compensar”, o Governo traçou uma proposta de reajuste apenas nos benefícios sociais, isto é, nos auxílios (alimentação, creche e saúde), sem qualquer correção inflacionária nos salários dos(as) SPFs. Segundo a proposta do Governo, a correção dos benefícios sociais ocorreria a partir de maio de 2024, nos seguintes valores:

- ✓ **Auxílio-alimentação:** de R\$ 658 para R\$ 1.000 (reajuste de 52%);
- ✓ **Auxílio pré-escolar (creche):** de R\$ 321,03 para R\$ 484,94 (reajuste de 51,06%);
- ✓ **Auxílio-saúde (suplementar):** de um valor médio de R\$ 144,00 para R\$ 215;
- ✓ **Total de reajuste nos três auxílios:** 51,06%.

- Reajuste salarial ZERO
- Benefícios de 3 auxílios que alcançam parte dos servidores ativos (auxílios alimentação, pré-escolar e saúde)
- Exclusão de Aposentados

# AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA ANALISOU PLDO E PLOA 2024 E APONTOU A AUSÊNCIA DE VERBA PARA REAJUSTES SALARIAIS EM 2024 DEVIDO À PRIORIDADE DO GASTO COM JUROS E MECANISMOS DO SISTEMA DA DÍVIDA

Publicação:

Contribuição da  
luta do ACD para a  
funcionalismo público

**NECESSIDADE DE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA, A COMEÇAR PELA REALIZAÇÃO DA AUDITORIA INTEGRAL COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

## CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

### O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial<sup>1</sup> que acompanha o referido projeto: "*a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal*" ... "*Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ...*".

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024<sup>2</sup> estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.

# Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no sistema da dívida?

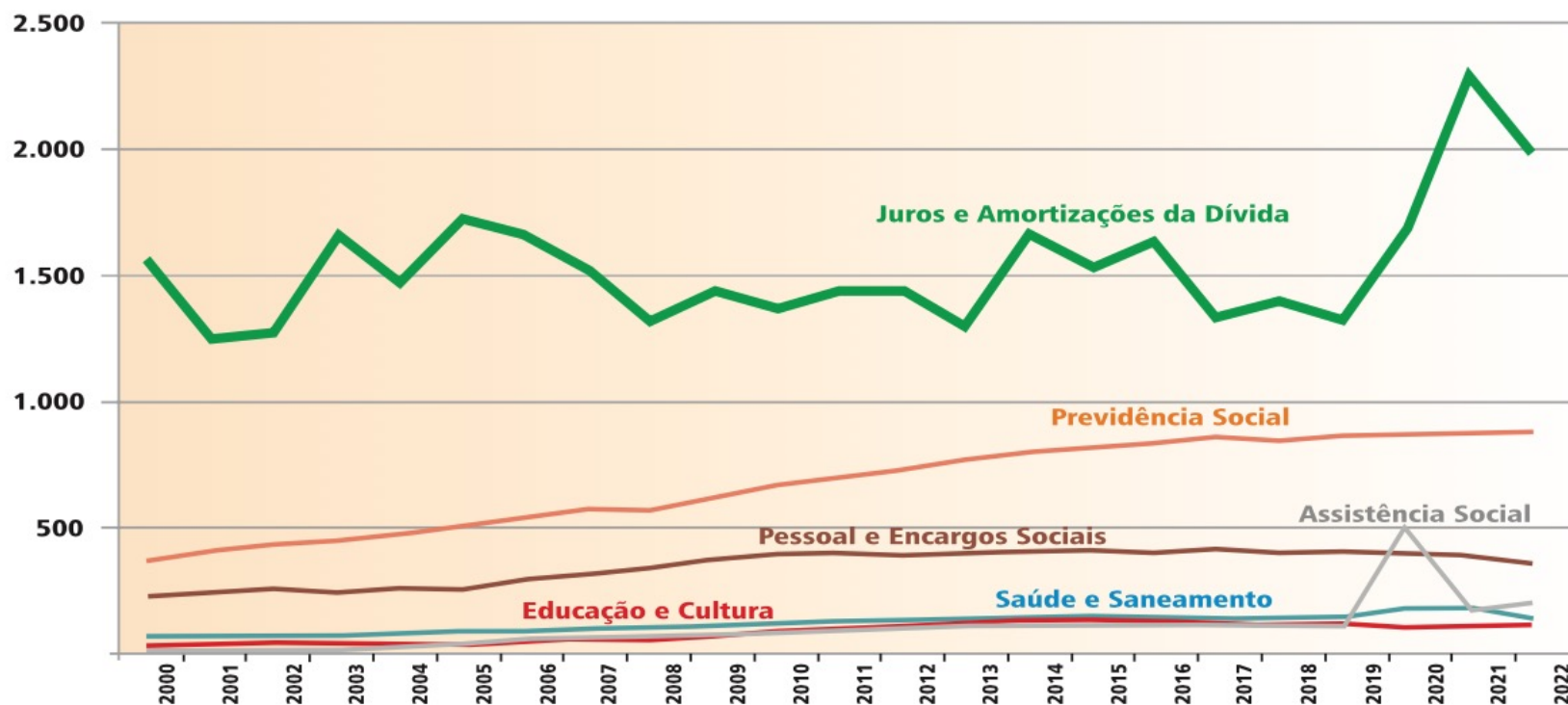
- Grande mídia e sucessivos governos alegam o peso do gasto com o serviço público e a manutenção do Estado, mas não mencionam **o maior gasto de todos que é o gasto com o Sistema da Dívida;**
- Teto de gastos (EC-95 e Lei complementar 200/2023) impõem severos limites para o gasto com todas as áreas do serviço público e investimentos públicos, porém, **deixa fora do teto os gastos com o Sistema da Dívida;**
- Servidores estão sem aumento salarial há anos, acumulam perdas inflacionárias e supressão de direitos, enquanto o país **paga os juros mais elevados do planeta aos beneficiários do Sistema da Dívida**



# ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?

## Governo Federal - Gastos Selecionados de 2000 a 2022

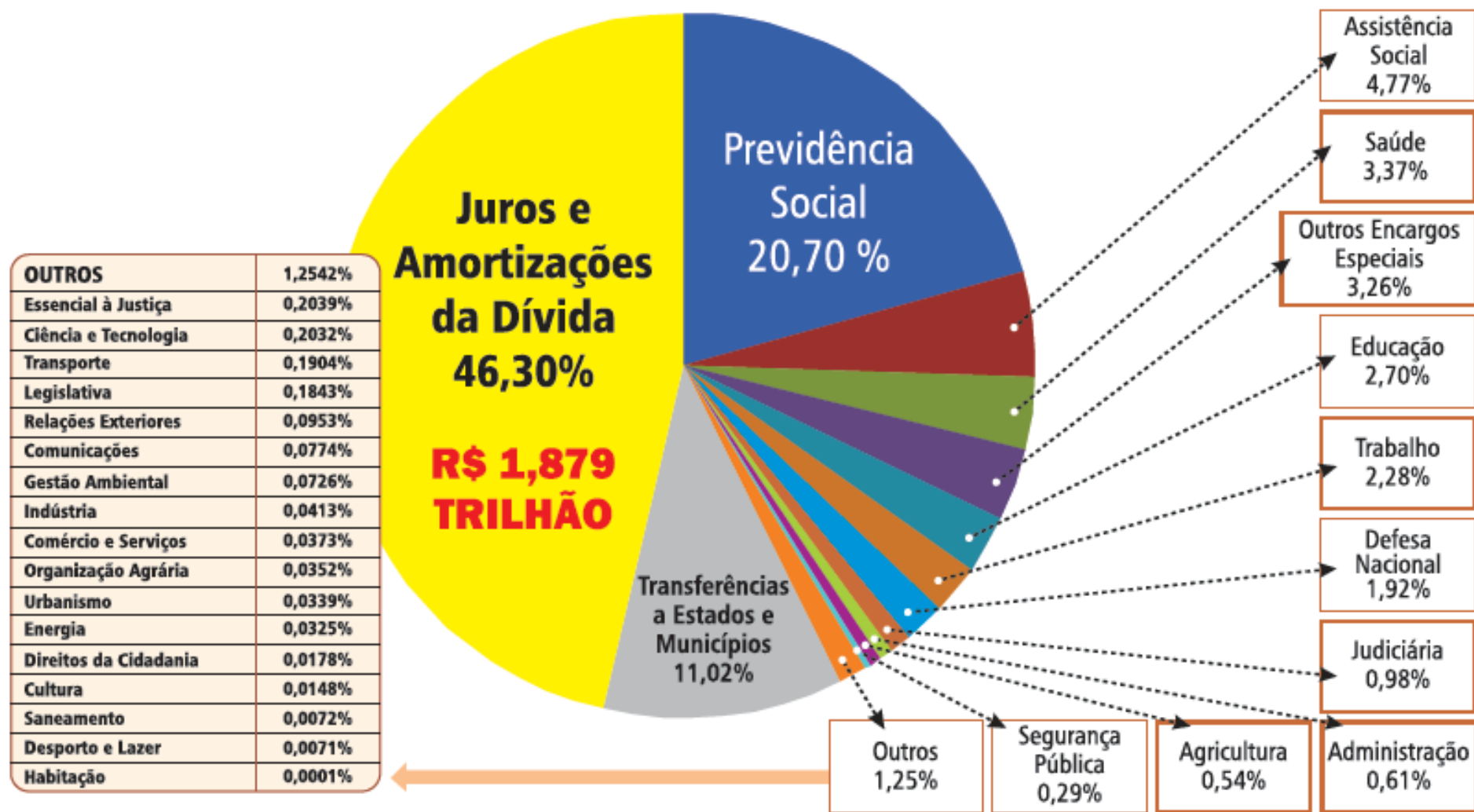
Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



**Fontes:** [https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06)  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:19110](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110)  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:19106](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106)

**Nota:** A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

# Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



# O QUE OS DADOS COMPROVAM?

## Diagnóstico

- **O rombo está no “SISTEMA DA DÍVIDA”**, que absorve a maior parte dos recursos e é o centro do problema das contas públicas
  - ❑ Esfera Federal
  - ❑ Esfera Estadual

## Pautas governamentais

- Manutenção dos privilégios do **“SISTEMA DA DÍVIDA”**
  - ❑ ARCABOUÇO FISCAL
  - ❑ Contrarreformas, Privatizações, Esquema de Securitização e Regime de Recuperação Fiscal

# ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

AgênciaBrasil

## Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

JORNAL DA USP

PORTAL DA USP FALE CONOSCO WHATSAPP ENVIE UMA PAUTA

ATUALIDADES CIÊNCIAS CULTURA DIVERSIDADE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL RÁDIO USP TEC

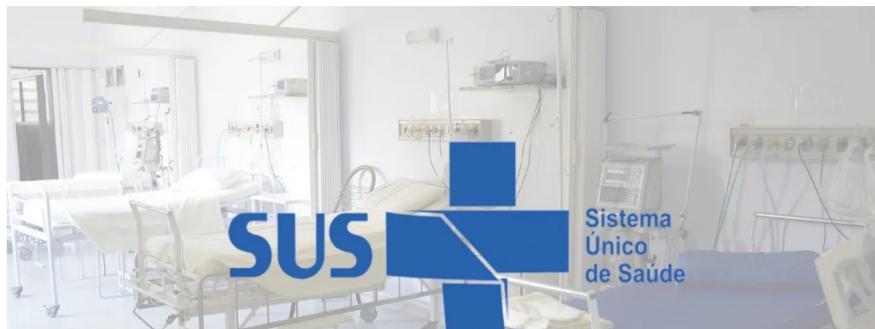
Início > Atualidades > SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

## SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

É o que defende o professor Paulo Capel Narvai em seu livro "SUS: uma reforma revolucionária", no qual informa sobre a importância do Sistema Único de Saúde para a população

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=506293>

07/04/2022 - Publicado há 2 anos Atualizado: 08/04/2022 as 13:28



uol

Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSIN

## SAÚDE

# Investimento em saúde pública cai 64% em 11 anos no Brasil, indica estudo

PUBLICIDADE

EDUCAÇÃO

## Professores indicam falta de estrutura e de recursos em escolas públicas do país

Os dados são do Censo Escolar, do Ministério da Educação

Por Agências Publicado em 21 de maio de 2023 | 11h41 - Atualizado em 21 de maio de 2023 | 11h41



## Especialistas apontam falta de recursos para a educação inclusiva

Número de crianças com deficiência que frequentam a educação infantil regular duplicou, de 2006 para 2022, segundo a Pnad



# ESCASSEZ DE RECURSOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

uol Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSINEUOL

PESO +0,59% R\$ 0,014 EURO +1,14% R\$ 5,347 BITCOIN +0,25% R\$ 180.380,81 BOVESPA +0,11% 124.773,21 PTS IPCA +0,26% Set.2023 +12,25%

## ECONOMIA

### São 7 anos sem reajuste para servidores, destaca Mercadante

ESTADÃO conteúdo Brasília 06/12/2022 16h47

PUBLICIDADE

agênciaBrasil



© Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo

Geral

### Servidores federais e governo não têm acordo para reajuste de 2024

Pendência na aprovação do arcabouço fiscal estaria travando negociação

Publicado em 10/08/2023 - 20:35 Por Daniela Almeida\* - Repórter da Agência Brasil - Brasília

agênciaBrasil



© Antônio Cruz/ Agência Brasil

Economia

### Governo propõe reajuste de 1% para servidores públicos em 2024

Orçamento terá reserva de R\$ 1,5 bilhão para aumento

Brasil de Fato 20 anos

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

ENGLISH ESPAÑOL

INÍCIO > GERAL

### RECOMPOSIÇÃO

## Desvalorizados desde 2016, servidores federais lutam por reajuste salarial

METRÓPOLES

Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodrigo Rangel Mario Sabino Paul

### Brasil

## Governo promete proposta de reajuste a servidores em dezembro

Servidores federais têm negociado com a União novo reajuste salarial. Entidades do funcionalismo público ameaçam paralisação

Eduarda Portela, Flávia Said

023 19:06, atualizado 17/11/2023 05:50

# ABUNDÂNCIA NO GASTO COM JUROS



## País volta a ter maior juro real do mundo mesmo com queda da Selic

Brasil ocupa a 1ª posição com taxa projetada de 6,90% para os próximos 12 meses, segundo dados da consultoria MoneYou



O Banco Central é responsável por definir a política monetária do Brasil

Houline Nascimento  
6.nov.2023 (segunda-feira) - 6h30

Valor **investe**

**Brasil continua com o juro real mais alto do mundo após Selic seguir em 13,75% ao ano**



## Brasil continua com os juros reais mais altos do mundo, mostra levantamento

Em fevereiro, taxa de juros brasileira, descontada a inflação, foi de 7,4%, a maior em um grupo de 40 países observados

O Brasil continua sendo o país com um os juros reais mais altos do mundo | CNN PRIME TIME



e | investidor

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

COMPORTAMENTO

## Brasil é o país com a maior taxa de juro real do mundo. Veja o ranking

Estudo inclui 156 países e considera a taxa de juros descontada da inflação esperada para os próximos 12 meses

BEATRIZ ROCHA  
[beatriz.conceicao@estado.com](mailto:beatriz.conceicao@estado.com)

08/12/2022, 9:05 ( atualizada: 08/12/2022, 10:51 )



# BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO  
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS  
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA  
R\$ 44,8 BILHÕES  
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

**Elasticidades da DLSP e DBGG**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	<b>44,8</b>	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.  
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.  
3/ Variação mantida por doze meses.



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO  
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS  
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA  
R\$ 38 BILHÕES  
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

**Elasticidades da DLSP e DBGG**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-6,0	-0,07	9,6	0,10
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	<b>40,1</b>	0,39	38,5	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	17,2	0,18	17,1	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.  
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.  
3/ Variação mantida por doze meses.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO  
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS  
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA  
R\$ 40,1 BILHÕES  
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

**Elasticidades da DLSP e DBGG**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	<b>40,1</b>	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	17,5	0,18	17,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.  
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.  
3/ Variação mantida por doze meses.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO  
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS  
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA  
R\$ 42,9 BILHÕES  
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

**Elasticidades da DLSP e DBGG**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-7,7	-0,08	9,4	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	<b>42,9</b>	0,42	40,1	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	17,4	0,17	17,2	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.  
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.  
3/ Variação mantida por doze meses.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



# LC 200 - "NOVO ARCABOUÇO FISCAL"

Se não enfrentar o  
**SISTEMA DA DÍVIDA**  
não tem saída...

**TETO**

Saúde  
Educação  
Previdência  
Segurança  
Investimentos

**SEM  
LIMITE**

Juros e  
mecanismos  
do Sistema  
da Dívida



**IDEIA EQUIVOCADA**  
apresentada por Haddad  
e sua equipe:

- Regra "crível"
- Sua implementação fará reduzir os juros
- Garantirá a "sustentabilidade da dívida pública"...

**NA REALIDADE**

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a "Bolsa Banqueiro", as altíssimas taxas de juros e outros
- BC não reduziu os juros
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!



# Como serão financiados os investimentos do Projeto Nacional anunciado por Lula, considerando as travas do "Arcabouço Fiscal" ?

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df>

## PPP?

## Securitização ?

### BNDES planeja criar programa nacional de PPPs, diz Nelson Barbosa

*Segundo diretor do banco de fomento, projeto incluirá concessões para administração, manutenções de hospitais e saneamento*



*Nelson Barbosa (foto) disse que atual governo Lula será mais aberto a PPPs*

**PODER360**

18.abr.2023 (terça-feira) - 9h53

# Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

# DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: "alienação fiduciária do fluxo de arrecadação"
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária: jogada contábil
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas e elevados custos
- Geração ilegal de dívida pública, que é paga por fora do orçamento
- Bancos privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.



<https://bit.ly/3tFiMjZ>

# Documentos do BID incentivam PPP com VINCULAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS: securitização

mitigacao-de-risco-para-projetos.pdf  
Página 24 de 99

Buscar

## QUADRO 1.1 Modalidades de garantia

Quadro comparativo		
Vinculação de receitas	Fundos garantidores	Penhor
<b>Pontos fortes</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Otimiza a aplicação do fluxo de caixa do ente federado.</li><li>• A tendência é utilizar FPE/FPM.</li><li>• Serve como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.</li><li>• Há precedentes judiciais e fáticos favoráveis ao uso de FPE/FPM como garantia pública.</li><li>• Liquidez.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O uso de fundos garantidores de PPPs, por terem personalidade jurídica, natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas.</li><li>• O regime de precatórios é inaplicável aos fundos garantidores de PPPs.</li><li>• Fundos podem ser usados como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.</li><li>• Liquidez.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Flexível. Pode ser usado em ativos de diversas naturezas.</li><li>• É formalmente constituído.</li></ul>
<b>Pontos fracos</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Repasse de FPE/FPM pode ser condicionado à regularização de débitos com o governo federal.</li><li>• Recursos do FPE/FPM têm origem tributária. Há quem entenda que eles não podem constituir garantias públicas em PPPs.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O uso de fundos especiais contábeis, por serem estes mera segregação financeira dentro do caixa único da administração pública.</li><li>• Aplica-se o regime de precatórios aos fundos especiais contábeis, por ser uma execução contra a própria administração pública.</li><li>• Histórica instabilidade no pagamento de precatórios.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Serve apenas como instrumento garantidor de pagamento.</li><li>• Criticado por implicar alienação de bem da administração pública.</li><li>• Baixa liquidez.</li></ul>

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Todas as informações acima têm como linha de corte a data de 1º de julho de 2015.

(\*) Não foram identificadas informações sobre a efetiva constituição e operacionalização dos mecanismos de garantias desses Estados. Por essa razão, consideramos tais mecanismos como não operacionais.

<https://publications.iadb.org/pt/mitigacao-de-risco-para-projetos-de-parcerias-publico-privadas-no-brasil-estruturacao-de-garantias>



## Fazenda enviará projeto de securitização ao Congresso, diz secretário

*Equipe econômica do governo estima arrecadação de R\$ 30 a R\$ 50 bi com proposta que permite venda de direito creditório*



*Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (foto), o Ministério da Fazenda planeja finalizar as discussões sobre a proposta de securitização de recebíveis até este ano e enviá-la ao Congresso em dezembro ou no início de 2024*

# Governo Lula vai legalizar esquema de Securitização ???

<https://www.poder360.com.br/governo/fazenda-enviara-projeto-de-securitizacao-ao-congresso-diz-secretario/>

## Novo artigo

<https://www.extraclasse.org.br/opiniaao/2023/10/sera-que-o-governo-vai-legalizar-o-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos/>

# NOVA TENTATIVA DE INCLUIR O ESQUEMA NA CONSTITUIÇÃO, SOB INFAME DESCULPA DE SANAR “DÉFICIT” DE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

## PEC 38/2023

**Art. 2º** O Aporte e a securitização de receitas futuras de transferências constitucionais e créditos tributários ou não tributários já constituídos, incluídas as relativas à recuperação da dívida ativa, bem como de outros bens e direitos de qualquer natureza, aos fundos com finalidade previdenciária de que trata o **art. 249** da Constituição, com o objetivo de equacionamento do déficit financeiro e atuarial dos regimes previdenciários de estados e municípios de que trata o **art. 40** da Constituição, observará os parâmetros, requisitos e limites definidos pelo Ministério da Previdência.

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

## **“SISTEMA DA DÍVIDA”**

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

# AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

## Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

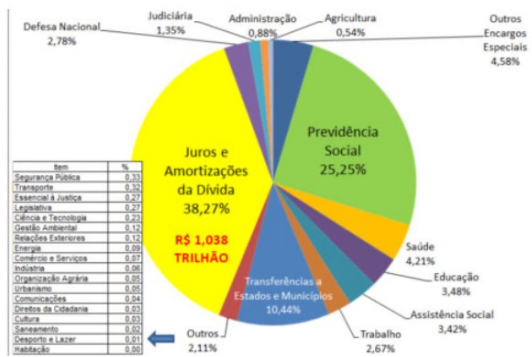
Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

# Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



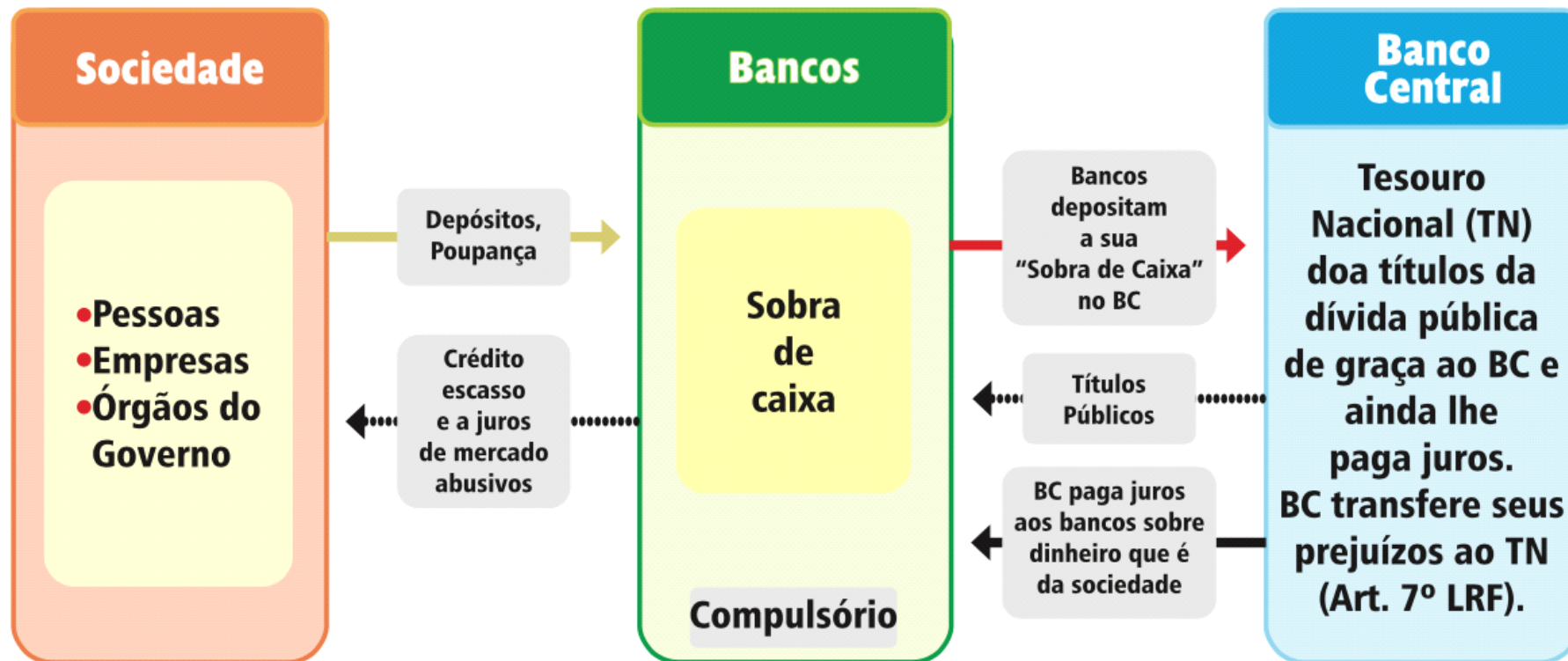
Primeira Edição 2023  
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>



# BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



## Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

**EM VEZ DE  
BOLSA-BANQUEIRO,  
GOVERNO PODERIA REPARAR  
PERDAS DE TODO O SERVIÇO  
PÚBLICO FEDERAL**



- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419> )

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

# A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento



AUDITORIA  
CIDADÃ DA DÍVIDA

## 2014 a 2022

**Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais = R\$ 2,33 Trilhões**

**Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública = R\$ 1,19 Trilhão**

**RESULTADO = No final das contas, a Dívida Pública RETIROU R\$ 1,14 Trilhão das áreas sociais no período**

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:  
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

# A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

# DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA ESTÁ SUGANDO, E NÃO FINANCIANDO AS ÁREAS SOCIAIS

- Neste ano de 2023 (até o dia 16/12), o pagamento de juros e amortizações da dívida pública utilizou R\$ 179 bilhões de fontes que nada têm a ver com a emissão de novos títulos da dívida.
- O caminho inverso (gastos sociais financiados pela emissão de novos títulos da dívida) representou apenas R\$ 138 bilhões.
- Portanto, no final das contas, foram R\$ 41 bilhões RETIRADOS das áreas sociais para abater a dívida pública.
- Isso desconsiderando os R\$ 1,71 trilhão gastos com a dívida pública no mesmo período, provenientes da emissão de novos títulos, que também poderiam ser destinados para investimentos sociais, como ocorre nos países desenvolvidos.



# PRIVILÉGIO DOS GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA EM 2023 - Orçamento Federal Executado até 16/12/23

**R\$ 1,884 TRILHÃO gastos com juros e amortizações da Dívida  
45,30% de todos os gastos federais**

- **Governo Federal contabiliza grande parte dos juros como se fossem “amortizações”** (“rolagem” ou “refinanciamento”). A ACD denuncia essa manobra desde a CPI da Dívida concluída em 2010.

“Juros e Encargos da Dívida” ..... R\$ 240 bilhões

“Amortizações” ..... R\$ 1,644 TRILHÃO

Fonte:

[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)

**Estimativa de gastos com juros nos primeiros 11 meses deste ano de 2023: R\$ 822 bilhões**

Metodologia: Estoque da Dívida Pública Federal no início de 2023 (R\$ 8,106 trilhões) multiplicado pela taxa média anual dos primeiros 10 meses do ano (janeiro a outubro), ajustada para 11 meses (10,14%).

- O Sistema da Dívida absorve todas as receitas obtidas com a venda de novos títulos, que deveriam estar sendo destinadas a investimentos sociais, e não para o pagamento de uma dívida sem contrapartida em investimentos para a população.

# A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram "dívida" sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

## O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
  - **Mobilização, Frente Parlamentar**

# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Em pouco tempo de existência, a Frente já realizou atividade de **lançamento em conjunto** com a “Frente contra os Juros Abusivos” no dia 19/09/2023 na Câmara dos Deputados (<https://4et.us/s1c70q>); publicou boletim; realizou importante **Seminário** “*Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no Sistema da Dívida?*” com palestras brilhantes dos professores Ladislau Dowbor e Miguel Bruno. (<https://www.youtube.com/watch?v=GWbIDXFw8Gk>) em 21/11/2023, e Reunião Ordinária em 12/12/2023 com a participação presencial e virtual de mais de 50 entidades sindicais e movimentos sociais e honrosa presença dos parlamentares coordenadores das Frentes <https://auditoriacidada.org.br/frentes-parlamentares-denunciam-que-dinheiro-tem-e-muito/> ;
- Convite às entidades que ainda não fazem parte da Frente, tendo em vista a relação direta entre o privilégio do Sistema da Dívida e a subtração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Coleta de sugestões de atividades da Frente para 2024, inclusive nos Estados.

# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 3 – CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

Informativos da campanha: <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/informativos-da-campanha/>

## 4 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 13/12/2023 a 09/02/2024 e início das aulas em 12/02/2024. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

## 5 – NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “*Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil*”

Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.



# REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

## 6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

## 7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB):

Participação em grupos de pesquisa.

**Muito grata**

***Maria Lucia Fattorelli***

**ACESSE**

**AUDITORIACIDADA.ORG.BR**



**/AUDITORIACIDADA.PAGINA**



**/AUDITORIACIDADADADIVIDA**



**/AUDITORIACIDADABR**



**/AUDITORIACIDADA**



**Spotify.**



**Google Podcasts**

**#ÉHORADEVIRARAJOGO**